

PT

ANTES
13,95€

Aproveite já os preços que vieram para ficar!
AGORA = 11,95€ por 1 ano

707 505 707
www.dominios.pt



Assine o «barlavento» em PDF!
leia o «barlavento» em qualquer parte do mundo



Procurar

denota conteúdo de **acesso restrito**

Favorito

Sexta-feira, 1 de Novembro de 2013

- Home
- Política
- Economia
- Regional
- Desporto
- Cultura
- Educação
- Gramofone

Todas as secções »

CLASSIFICADOS

Veículos
Vende-se XF17 Super

Imobiliário
Vende-se Apartamento T3 - Portimão - URGENTE

Imobiliário
Venda e Arrendamento de Imóveis Precisa de Casa? Não compre sem nos consultar!

Mais classificados »
Como fazer um anúncio classificado »

BLOCO NOTAS

Bloco de Notas
Agenda Cultural Algarve

Bloco de Notas
Cinemas

Bloco de Notas
HORÓSCOPO*

Próximos eventos »

Farmácias
Tabela de marés

«Aveleda Experience» e outros jantares de degustação, no Grill do Hotel le Meridien Penina (c fotos)

Mais restaurantes »

DOSSIERS

- Calendários Futebol 13/14
- Cartas ao diretor
- Criminalidade
- Política
- Pessoas

Todos os temas »

PUBLICIDADE

Política

Algarve programa fundos comunitários para 2014-2020



d.r.

Ver Fotos »



David Santos

A metodologia e os processos de participação a adotar pelo Plano de Ação Regional Algarve 2020 será apresentado numa conferência que irá realizar-se no próximo dia 22 de março a partir das 14h00 no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, em Faro.

Esta sessão Pública, no Quadro do novo QREN para o período 2014 – 2020, contará com as presenças do secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional Almeida Henriques e dos presidentes da CCDR Algarve e do Conselho Regional.

O primeiro painel, subordinado ao tema «Perspetivas do Quadro Estratégico Comum» tem como moderador o Prof, António Covas e conta como oradores Judith Rozsa, chefe da Unidade de Portugal da DG Regio e José Soeiro presidente do IFDR.

O segundo painel, centrado no tema «Desafios Regionais no contexto da Europa 2020», moderado por Macário Correia, presidente da AMAL, terá como oradores Augusto Mateus, professor do ISEG, Paulo Correia, diretor geral do Território e António Oliveira das Neves do Instituto de Estudos Sociais e Económicos e António Ramos, secretário técnico do PO Algarve 21.

Como refere o presidente da CCDR Algarve, «neste período de preparação do novo QREN Quadro de Referência Estratégico torna-se fundamental envolver e apelar à participação na definição de uma estratégia para o Algarve e este leque de oradores, é a oportunidade para um momento único de debate sobre o futuro da região»

Recorde-se que a CCDR Algarve já recolheu junto dos mais variados sectores, públicos e privados, contributos e elementos chave para um primeiro diagnóstico e agora é chegado o momento de delinear a estratégia e fixar o ponto de situação do Plano de Ação Regional.

As conclusões da Conferência estão a cargo do Professor João Guerreiro, Reitor da Universidade do Algarve e os participantes estão convidados a visitar a exposição «Portugal 2020, Novo Ciclo de Apoio ao Crescimento Económico e ao Emprego, perspetivas para um novo QREN», patente na sala de exposições da CCDR.

21 de Março de 2013 | 08:08

REGISTO

E-mail

Senha

Recuperar senha
Ainda não se registou?

PUBLICIDADE



NEWSLETTER

Subscriba a nossa newsletter e receba as notícias na sua caixa de correio.

Ainda não subscreveu?

EDIÇÃO IMPRESSA



Edição nº 1882

Todas as edições »

MULTIMÉDIA

- Portimonense_Penafiel - jogo da reviravolta acaba com vitória p
- Portugal_Holanda alcança record de presenças no Estádio Algarve
- Concentação Motard Faro 2013

Todas as galerias »

Algarve consegue mais 323 milhões para o Quadro Comunitário 2014-2020

O reforço anunciado pelo Governo para o Algarve é de mais 238 milhões de euros no âmbito do FEDER e mais 85 milhões de euros no âmbito do FSE

O Governo reforçou as verbas do Programa Operacional para o período 2014-2020 em cerca de 84 por cento relativamente a 2007-2013. O Algarve passará assim a dispor de mais 238 milhões de euros no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e mais 85 milhões de euros no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE).

David Santos, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, já se congratulou com o facto de o Governo ter reconhecido os argumentos da Região do Algarve e ter reforçado o referido conjunto de verbas.

"Este reforço de verbas é, claramente, o reconhecimento do trabalho realizado pela Região nos últimos meses, só possível porque o Algarve conseguiu os consensos e as parcerias para falar a uma só voz neste processo", referiu o máximo responsável da CCDR.

Recorde-se que, pela primeira vez, municípios, Universida-



de do Algarve e as sete principais associações empresariais da região, estabeleceram um protocolo com a CCDR Algarve no sentido de preparar, de forma coordenada, os trabalhos de definição do Quadro de Referência para o próximo período de programação 2014-2020.

A esta decisão de aumento de verbas de fundos estruturais e sociais para o Algarve deverá, ainda, acrescentar-se nas próximas semanas os valores em discussão dos Fundos de Apoio ao Desenvolvimento Rural e das Pescas, a

incidir na gestão integrada da Região, e as verbas associadas para o apoio às medidas de combate ao desemprego de jovens.

"Este reforço de verba, associado à gestão multifundo, aumenta a responsabilidade da região, em encontrar os modelos de gestão e de parcerias, para a definição das prioridades mais adequadas à realidade da região e para superação dos seus constrangimentos", considera a CCDR Algarve em comunicado enviado entretanto às redações.

Recorde-se que o próximo

período de programação, em linha com os objetivos da denominada Estratégia Europeia, vai reforçar significativamente a aposta nas empresas e na transferência do conhecimento para o mercado, como forma de criar valor acrescentado com base nos recursos endógenos.

"A aposta na utilização eficiente dos recursos naturais e territoriais, na qualificação dos recursos humanos, na redução da pobreza e no reforço da inclusão das populações, serão fatores determinantes para o futuro do Algarve", explica a CCDR Algarve.

Garantir mais e melhor emprego, a redução das assimetrias, a diversificação da base económica com valorização dos recursos da terra e do mar em articulação com uma atividade turística mais competitiva, são os desafios que se colocam a uma Região que se pretende mais competitiva, mais sustentável e mais inclusiva.



Prova cega comprova qualidade da água da torneira

O auditório da AHETA em Albufeira foi palco, na semana passada, do encontro técnico "Qualidade e Segurança da Água para Consumo Humano no Algarve". Organizado pela Águas do Algarve, este evento contou com a participação de uma centena de pessoas, entre as quais diversos especialistas.

A sessão começou com uma prova cega de água, cujos resultados finais "vieram validar uma vez mais a qualidade da água abastecida na região", adiantaram os responsáveis da empresa. "Uma brincadeira com resultados muito sérios e honestos", foi o comentário de um dos presentes e provedores da água.

"A água fornecida pela Águas do Algarve na região é uma água de elevadíssima qualidade e o seu consumo é recomendado", afirmaram várias entidades e personalidades que marcaram presença neste evento, quer enquanto oradores, quer como participantes.

Segurança, qualidade, quantidade, disponibilidade, preservação, uso eficiente e legislação foram os principais temas abordados.

VERBA NO PRÓXIMO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO ULTRAPASSA 300 MILHÕES DE EUROS

Fundos reforçados a 84%

■ A verba disponibilizada para a região, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de apoio aumentou “cerca de 84 % (relativamente a 2007-2013”, anunciou ontem a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve.

No total, serão disponibilizados cerca de 323 milhões de euros (238 milhões pelo FEDER e

85 pelo FSE), explica a CCDR, que atribui o reforço da verba aos “consensos e parcerias para falar a uma só voz no processo” de definição do Quadro de Referência (QREN) para 2014-2020. A CCDR refere que “nas próximas semanas” serão revelados os valores em discussão dos Fundos de Apoio ao Desenvolvimento Rural e das Pescas”. ■ J.M.G.



CCDR Algarve



GRANDE ENTREVISTA MANUEL CASTRO ALMEIDA

“Fundos europeus para pequenas e médias empresas vão triplicar”

Portugal 2020. País receberá 21 mil milhões de euros em fundos europeus, num programa que, segundo Castro Almeida, terá uma gestão e uma filosofia muito diferentes do actual QREN.

Bruno Faria Lopes
bruno.lopes@economico.pt

A Europa dos programas de ajustamento ainda é a Europa dos fundos comunitários – e o novo quadro de apoio, o Portugal 2020, trará mais 21 mil milhões de euros para os próximos sete anos. Manuel Castro Almeida, 56 anos, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, lidera operacionalmente a “holding” governamental que gere o dinheiro europeu. Em entrevista ao Diário Económico – dias depois do Governo ter enviado para aprovação em Bruxelas o plano geral de aplicação dos fundos – Castro Almeida explica as diferenças entre as prioridades e a gestão deste programa e do anterior, o QREN.

Quais as prioridades do Governo na gestão deste novo pacote?

A mudança principal consiste em afectar mais dinheiro para o lado da competitividade da economia, ou seja, as empresas e o emprego. E menos dinheiro, em contrapartida, para as infra-estruturas. Isto não significa que vá tudo para a economia e nada para as infra-estruturas. Significa que há uma reorientação, porque os últimos quadros de apoio tiveram como prioridade as infra-estruturas. **As infra-estruturas baixam, mas não desaparecem.**

Não. Há uma decisão muito notória nas estradas, mas na ferrovia ainda terá que haver investimentos importantes. O investimento em transportes vai ser muito afe-rido em função justamente da competitividade das empresas. Estamos a falar de redes transeuropeias que nos tirem as mercadorias daqui e mesmo na rodovia vamos tentar que ainda se possam fazer algumas pequeníssimas ligações no sentido de se favorecer a competitividade das empresas. **Que peso ganha a parte da competitividade?**

O eixo da competitividade e internacionalização vale 43% do futuro Portugal 2020 [cerca de nove mil milhões de euros], um aumento de dois mil milhões de euros para esta área. Representava 33%.

Quando diz “competitividade e internacionalização” está a falar concretamente de quê?

Vamos estar interessados em apoiar quer as empresas que vão

exportar, quer aquelas que vão substituir importações. Mas, dirá, concretamente isso traduz-se em quê? Vamos privilegiar sobretudo os investimentos das empresas dirigidos à inovação, à investigação e ao aumento do valor dos produtos. Vai haver uma aposta muito grande em trazer o potencial científico e tecnológico, que o nosso país tem, para o interior das nossas empresas, para que se traduza em mais facturação. Mas cada empresário é que sabe que investimento tem que fazer para tornar a sua empresa e os seus produtos mais competitivos. O papel do Estado é pôr-se ao lado dos empresários.

Se a decisão é de cada empresário que incentivos vai o Governo usar na gestão dos fundos?

Não vamos substituir-nos às decisões dos empresários, podemos é motivá-los a tomar certas decisões. Se dissermos que vamos apoiar a contratação de doutorados e investigadores estamos a dar um sinal às empresas.

Estamos a falar sobretudo de que tipo de empresas? A prioridade será apoiar pequenas e médias empresas e menos as grandes?

Vão ser apoiadas ambas. É um erro tão grande esquecer as grandes empresas como esquecer as pequenas empresas. As grandes empresas já foram pequenas. Já deram provas. Não fui eu que inventei a expressão, mas defendo a tese de que todas as PME querem ser médias empresas. Não creio que seja válida a distinção entre

grandes e pequenas empresas. Há boas e más iniciativas.

Pergunto pela distinção em termos de tamanho na gestão dos fundos comunitários porque no acesso ao crédito há diferenças que beneficiam as maiores...

Não creio que devamos distinguir as empresas pelo tamanho que têm, mas pela qualidade dos projectos que apresentamos. Contudo, no eixo de competitividade o sector específico de apoio às PME vai triplicar [para um valor que excede, grosso modo, quatro mil milhões de euros]. É uma garantia maior para as PME de que não serão prejudicadas na distribuição dos fundos.

São antigas as queixas das empresas sobre a complexidade das candidaturas aos fundos e do acesso ao dinheiro. É intenção do Governo desburocratizar este processo? Como?

É a crítica mais frequente que ouvimos: a obscuridade e complexidade na definição de qual é o programa a que uma empresa se pode candidatar e, depois, um excesso de burocracia associada às candidaturas, que vai até ao processo dos pedidos de pagamento e ao efectivo recebimento dos fundos. Vamos trabalhar intensamente nesse sentido. Criei um grupo de pessoas que está só a trabalhar no sentido de diminuir drasticamente o número de regulamentos. Hoje há milhares de páginas a regulamentar os fundos. Temos que concentrar este código. Vamos aliviar a carga burocrática.

Aliviar a burocracia como?

Um exemplo: se uma empresa se candidata a um fundo e para isso tem de apresentar documentos, não precisamos de pedir novamente os documentos se a empresa se candidatar a outro fundo. Outro exemplo: quando chega a hora de documentar as despesas não faz sentido pedir para juntar coisas como o papelinho do táxi. Vamos fixar custos médios de certos procedimentos. Outro exemplo: muita gente tem uma boa ideia para investir, mas não sabe a que fundo pode recorrer. Há muita confusão, muitos fundos e programas. Vai haver um balcão único onde as pessoas podem apresentar o seu projecto, sendo orientadas para o sítio certo. Será uma inovação.

Este ano falou-se muito no Banco de Fomento, mas não tem havido

novidades. Como vai, afinal, articular-se este banco de fomento com a gestão dos fundos comunitários?

Não vou adiantar-me muito sobre isso porque ainda não é tempo de dar detalhes. O Conselho de Ministros encarregou três secretários de Estado – eu, o secretário de Estado das Finanças e o secretário de Estado adjunto da Economia – de completar os estudos para a criação de uma instituição financeira de desenvolvimento. Estamos a trabalhar nisso e a ideia é de que em Outubro apresentemos o fim dos estudos tendentes à criação dessa instituição financeira de desenvolvimento. A ideia é facilitar o acesso aos fundos europeus.

No caso do QREN, lançado em 2007, passou um ano e meio até as empresas conseguirem apresentar candidaturas. Qual é a perspectiva de início de pagamentos neste pacote?

Quando foi o QREN os primeiros fundos foram movimentados no final de 2009, ou seja, quase dois anos depois do início do programa. Agora com o Portugal 2020, de 2014 a 2020, o nosso objectivo é que no segundo semestre de 2014 já haja movimentos financeiros. Queremos antecipar em um ano o que aconteceu há sete anos. Não dependemos só de nós. O Parlamento Europeu ainda não aprovou as perspectivas financeiras e só depois de aprovadas é que podem dar-se os passos formais para o acordo de parceria. Pode haver algum atraso que tem origem nas instituições europeias.

Como vai funcionar a gestão dos fundos? Quem decide o quê?

A responsabilidade máxima pelos fundos está colocada no ministro adjunto [Miguel Poiares Maduro] que, por sua vez, delegou em mim as competências nesta matéria. A definição do quadro geral está no ministério adjunto e no secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Depois haverá quatro programas operacionais temáticos que vão estar alojados, um no Ministério da Economia, outro no Ambiente, outro na Educação e na Solidariedade Social. Haverá, além destes programas temáticos que são nacionais, programas regionais colocados junto de cada uma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que reportam a este ministério. ■

PERFIL

Uma carreira ligada às autarquias

Nascido em 1957, Manuel Castro Almeida iniciou-se cedo nas lides autárquicas: tinha 16 anos quando, ainda estudante, se tornou auxiliar administrativo dos serviços municipalizados de S. João da Madeira. Em 1980, concluiu a licenciatura em Direito e, mais tarde, em Paris, fez uma pós-graduação em Administração Pública. Entre vários cargos e entidades, destacam-se a passagem pela comissão de Coordenação da Região Norte, pela Junta Metropolitana do Porto, pela direcção do PSD e, no último governo de Cavaco Silva, como secretário de Estado da Educação e Desporto. Foi ainda eputado pelo círculo de Aveiro, até 2002, em que assumiu a presidência da Câmara de S. João da Madeira. Em Abril deste ano tomou posse como secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

“Vamos

Anulação de projectos com verbas do QREN comprometidas mas ainda por executar.

A reprogramação dos fundos do actual quadro de apoio irá continuar e com maior intensidade, avisa Manuel Castro Almeida. Os alvos prioritários para libertação de verbas do QREN empatadas mas por executar são as empresas.

Foi anunciada a reprogramação dos fundos do QREN, mas os montantes anulados ainda não correspondem ao previsto. Qual a razão para a discrepância?

A operação limpeza está em curso permanente e cada vez de forma mais intensa. A área dos apoios às empresas é onde há uma taxa de execução mais baixa. Muitas empresas aprovaram projectos no QREN, mas depois ou não começaram ou deixaram a meio. Temos uma taxa de compromisso muito elevada,



PONTOS
CHAVE

● “Mais dinheiro para o lado da competitividade da economia, ou seja, as empresas e o emprego”, diz Manuel Castro Almeida, secretário de Estado do

Desenvolvimento Regional sobre os fundos actuais e futuros 21 mil milhões do QREN.

● “Não devemos distinguir as empresas pelo tamanho, mas pela

qualidade dos projectos”, frisa Castro Almeida.

● Estudos para a criação do Banco de Fomento serão conhecidos em Outubro.

Paula Nunes



reforçar operação limpeza nas empresas”

mas uma taxa de execução baixa. Por isso vamos ter de reforçar a operação limpeza na área das empresas. Vamos aconselhar as empresas que não consigam executar a totalidade do projecto a diminuir a extensão do projecto e reformular-lo para poder concluir – ou, então, a deixar de cair de vez, porque temos que reafectar aquele dinheiro. O dinheiro está comprometido, mas não está executado. Temos de libertar esse diferencial. Existem intenções de investimento que hoje não podemos financiar porque o dinheiro está comprometido.

Que informações vos transmitem as empresas com baixa ou nenhuma execução? Quais são as razões?

São projectos que foram aprovados no tempo das vacas gordas, em que era fácil obter crédito e mercado não estava recessivo. Agora, por dificuldades de crédito ou por quebra da procura as empresas querem fa-

“

Vamos ter um diálogo com as empresas porque não queremos fazer isto a mal, mas temos de ser rigorosos na aplicação dos recursos

zer um ‘downgrade’ das suas intenções de investimento. Devemos ter compreensão pelas novas realidades, mas também não podemos ficar quietos. É absolutamente impensável as empresas não executarem dinheiro que está comprometido e nós acabarmos por ter de o devolver a Bruxelas.

Continuam a ter candidaturas ao QREN. É possível traçar um retrato genérico do tipo de empresas com projectos anulados e das empresas que estão a apresentar pedidos para investir? Por sector ou dimensão?

Não creio que possa haver classificação por sectores. É muito transversal. Há muitas intenções de investimento e infelizmente há por todos os sectores agentes económicos que não estão a levar os seus projectos até ao fim. Vamos ter um diálogo com as empresas porque não queremos fazer isto a mal, mas temos de ser rigorosos na aplicação dos recursos.

As empresas com projectos por executar resistem à pressão para anular?

Se uma empresa tem um contrato de financiamento vai tentar estendê-lo até ao limite na esperança de que as coisas venham a melhorar e de que possam vir a cumprir o seu programa. Mas temos ‘timings’ a cumprir e é este equilíbrio que é preciso fazer.

Não teme, com esta nova realidade económica, haja falta de candidaturas ao novo programa até 2020?

Não. Procuro andar muito pelo país, tenho contacto intenso com as empresas e gosto muito da vida empresarial, de conhecer vários sectores e sinto que há dinamismo e vontade de ganhar novos mercados. Um exemplo: estive ontem em Santarém, numa zona de pedra de onde estão a sair ‘n’ camiões por dia de pedra para a China. Há potencial grande e esta crise aguçou o engenho dos nossos empresários. ■

OPERAÇÃO LIMPEZA

330 milhões

Montante de fundos recuperados até Agosto de 2013 em projectos com execução inferior a 10%.

700 milhões

Objectivo previsto para a recuperação de verbas empatadas em projectos parados.

NOVO PACOTE EUROPEU

21 mil milhões

Até 2020, com 43% a serem aplicados nas empresas e 18% em inclusão social e emprego.



GRANDE ENTREVISTA MANUEL CASTRO ALMEIDA

“O programa Revitalizar não tem sido um sucesso”

Reavaliação Secretário de Estado admite mudanças no programa de recuperação de empresas.

Bruno Faria Lopes
bruno.lopes@economico.pt

A 'troika' está a avaliar aquilo que entende serem obstáculos à eficácia do programa Revitalizar, destinado à recuperação de empresas em dificuldades – obstáculos que Manuel Castro Almeida também reconhece de forma invulgarmente aberta, admitindo que a forma de funcionamento do programa – quer nos incentivos dos gestores de falência, quer na articulação da recuperação com outras esferas do Estado, sobretudo a Administração Tributária – precisa de uma reponderação que estará a ser trabalhada.

O programa Revitalizar está a ser avaliado pela 'troika'. Há bloqueios ao melhor funcionamento do programa e que são já conhecidos, como a actuação do Fisco [que tem dificultado a aprovação e a impugnar planos de recuperação de empresas que recorrem ao Revitalizar]. Como está a correr a avaliação? Vão sair daí alterações à forma como o programa está a correr? A minha convicção é que o pro-

grama precisa de uma reapreciação que está a ser feita agora. Dentro de pouco tempo teremos ideias claras sobre isso. Não tem sido um sucesso. Precisa de reponderação.

Mas pode identificar obstáculos ao sucesso do programa? As questões sobre a actuação do Fisco têm sido noticiadas e são públicas, depois há o facto de os gestores de insolvência serem pagos da massa falida e não em função da recuperação... São factores passíveis de melhorar? Citou uma área onde manifestamente as coisas não estão a correr bem e vamos ter de rever. Não queria falar mais de áreas sectoriais sem ter uma posição articulada com os meus colegas.

A Agência para o Desenvolvimento – que resulta da fusão do Observatório do QREN com mais dois institutos – vai resultar em que tipo de poupança? Não recia diminuição de eficiência?

Tomaremos todas as cautelas para que não haja quebra de eficiência, quer internamente, quer na relação com Bruxelas, para garantir que vamos manter o contrato de confiança que existe entre o Estado português e a Comissão Europeia. Por outro lado, vamos ganhar uma maior coerência e mais sinergias no uso da gestão dos fundos europeus, concentrando numa única agência os três serviços que até hoje existiam. Dependiam de três ministros diferentes: Finanças, Economia e Segurança Social. Esses três serviços ficam agora num só, alojados na Presidência do Conselho de Ministros, sob a tutela do ministro Poiares Maduro, que é o responsável máximo por esta estrutura toda.

E as poupanças? A fusão também resultará dessa motivação de poupar...

Mas não foi a principal motivação. A principal foi no sentido da integração e da eficácia. Mas também vamos fazer o melhor trabalho com menos recursos. Vamos poupar várias centenas de milhares de euros por ano em rendas.

E pessoas?

Isso não está ainda definido, mas a esse nível não haverá poupança significativa.

Nem redução de postos de trabalho?

Ao nível técnico garantidamente não, porque estes técnicos têm uma sobrecarga grande. Mas se calhar não é preciso ter três telefonistas e três porteiros se passa a ter um único edifício. Mas fazer poupanças a nível técnico seria desperdício. Seria poupar no farelo e gastar na farinha. ■

Castro Almeida defende mudanças no programa de recuperação de empresas.



Paula Nunes

“

Dentro de pouco tempo teremos ideias claras sobre isso [programa Revitalizar]. Não tem sido um sucesso. Precisa de reponderação.

Citou uma área [articulação do Revitalizar com o Fisco] onde manifestamente as coisas não estão a correr bem. Vamos ter de resolver.

“Melhor ajuda às empresas é pôr as contas públicas em ordem”

Castro Almeida lida com fundos europeus, vistos facilmente como uma forma de apoio financeiro às empresas – mas, para o governante, esta nem é a forma principal de apoio do Estado aos empresários. “A melhor ajuda é por as suas contas públicas em ordem”, afirma. As vantagens invocadas são muitas: “Significa que quando o Estado tiver as suas contas em ordem pode baixar os impostos e deixa de precisar de competir com as empresas à procura de um bem escasso que é

“

Esse trabalho [de reequilíbrio das finanças públicas] está atrasado e claro que é o Governo que tem de o fazer.

o crédito – é a ajuda estrutural”, remata. Numa altura em que os cortes de 3,6 mil milhões de euros na despesa pública em 2014 dividem cada vez mais o espectro político, Castro Almeida não mostra ter muitas dúvidas. “As famílias e as empresas já ajustaram os seus orçamentos, o Estado é que está mais atrasado nesse trabalho”, afirma. Mas não é o Governo o responsável por cortar e reorganizar? “Esse trabalho está atrasado e claro que é o governo que tem de o fazer”, conclui.

GRANDE ENTREVISTA MANUEL CASTRO ALMEIDA

“Os fundos europeus para PME vão triplicar”

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional revela que, através do Portugal 2020, o país irá receber 21 mil milhões de euros em fundos europeus, o que facilita o reforço dos apoios a PME. Admite ainda que “o Revitalizar não tem sido um sucesso” e prepara mudanças. — P4 A 6



«Algarve é a região que tem mais condições para sair da crise»

Por [Sui Informação](#) · 25 de Março de 2013 · 12:41 · [Comentar](#)

Temas [Algarve 2020](#), [CCDR](#), [Desenvolvimento Regional](#), [União Europeia](#)



O Conselho Regional do Algarve aprovou na manhã da passada sexta-feira, dia 22, por unanimidade, a metodologia a aplicar na definição da estratégia de utilização dos fundos comunitários até 2020, que deve estar concluída em junho, revelou David Santos, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

No mesmo dia, à tarde, realizou-se uma conferência pública de apresentação do Plano de Ação Regional Algarve 2020, que contou com as participações do secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, Almeida Henriques, da chefe da Unidade da DG Regio Judit Rozsa, e do presidente da CCDR David Santos, entre outros, que visou a recolha de contributos para a definição dessa estratégia.

No decorrer da sessão, David Santos, perante um auditório completamente cheio, sublinhou que “a existência de Planos Regionais para o próximo período de programação 2014-200, é um incentivo para o esforço de interação regional que o conjunto dos atores do Algarve tem que concretizar no tempo que nos resta, para encontrar as melhores soluções para sair da situação em que se encontram as nossas empresas e os sectores mobilizadores da economia regional. As soluções têm que se centrar na criação de emprego e o Turismo faz parte da solução”.

Segundo o secretário de Estado, “o Algarve é a região que tem mais condições para rapidamente sair da crise, assim o consiga fazer e de forma inteligente”.



Almeida Henriques frisou que, além do turismo, há outras áreas em que o Algarve pode apostar, como o mar, que disse ser “um fator de riqueza”, a agricultura ou a reindustrialização, “que é hoje também uma bandeira deste Governo”.

Nas conclusões finais, João Guerreiro, reitor da Universidade do Algarve, admitiu que “houve um falhanço nas estratégias anteriores”.

Por sua vez, David Santos agradeceu os contributos de todos os oradores e referiu “temos de passar da eficiência à eficácia. Dependemos de todos, do universitário, ao empresário e do autarca ao cidadão comum. Quando tivermos definido este programa teremos ainda uma Consulta Pública”.



CCDR debate quais os fundos comunitários para o Algarve em 2014-2020

Por [Sul Informação](#) · 21 de Março de 2013 · 16:36 · [Comentar](#)
Temas [CCDR](#), [QREN](#)



O Plano de Ação Regional Algarve 2020 será apresentado numa conferência que irá realizar-se amanhã, 22 de março, a partir das 14 horas, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, em Faro.

A Sessão Pública do Plano, no Quadro do novo QREN para o período 2014 – 2020, contará com as presenças do secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional Almeida Henriques e dos presidentes do Conselho Regional e da CCDR Algarve.

Os trabalhos serão divididos por dois grandes painéis, sendo o primeiro subordinado ao tema “Perspetivas do Quadro Estratégico Comum” que terá como oradores Judith Rozsa, chefe da Unidade de Portugal da DG Regio, e José Soeiro, presidente do IFDR, e o segundo centrado no tema “Desafios Regionais no contexto da Europa 2020”, que terá como oradores António Ramos, secretário técnico do PO Algarve 21, Augusto Mateus, professor do ISEG, Paulo Correia, diretor geral do Território, e António Oliveira das Neves, do Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

A CCDRA Algarve salienta, em nota de imprensa, que, «neste período de preparação do novo QREN (Quadro de Referência Estratégico) torna-se importante apelar à participação na definição de uma estratégia para a região».

A CCDR Algarve já «recolheu junto dos mais variados setores, públicos e privados, contributos e elementos chave para um primeiro diagnóstico e agora é chegado o momento de delinear a estratégia e fixar o ponto de situação do Plano de Ação Regional».

As conclusões da Conferência estão a cargo de João Guerreiro, reitor da Universidade do Algarve, estando os participantes convidados a visitar a exposição «Portugal 2020, Novo Ciclo de Apoio ao Crescimento Económico e ao Emprego, perspectivas para um novo QREN», patente na sala de exposições desta CCDR.

PROGRAMA

14h00 – Receção de Participantes

14.15 – Abertura

*David Santos | Presidente da CCDR Algarve/ Gestor PO Algarve 21
a eleger em Conselho Regional | Presidente do Conselho Regional
António Almeida Henriques | Secretário de Estado Adjunto da Economia e
do Desenvolvimento Regional*

14.40 – Plano de Ação Regional – Algarve 2014-2020 – Perspetivas do Quadro Estratégico Comum

*Moderador: António Covas | UAlg / Vogal do PO Algarve 21
Judit Rozsa | Chefe da Unidade Portugal /DG Regio
Europa 2020 – o position paper para Portugal e as prioridades para a Região do Algarve
José Soeiro | Presidente do IFDR
Perspetiva do Quadro Estratégico Comum 2014/2020 e o Regulamento Geral dos Fundos*

15.30 – Plano de Ação Regional – Algarve 2014-2020 Desafios Regionais no contexto da Europa 2020

*Moderador: Macário Correia | Presidente da AMAL/Vogal do PO Algarve 21
António Ramos | Secretário Técnico do PO Algarve 21
Diagnóstico de uma Região com futuro
Augusto Mateus | Prof. Convidado do ISEG e Presidente da AM & Associados
A “Inteligência” no Crescimento e na Especialização os Desafios Regionais
Paulo Correia | Diretor Geral do Território
Desenvolvimento Urbano e os Desafios para uma Região Sustentável
António Oliveira das Neves | Instituto de Estudos Sociais e Económicos
Recursos Humanos: Os Desafios para uma Região Inclusiva*

17.15 – Debate

18.00 – Conclusões dos trabalhos

João Guerreiro | Reitor da Universidade do Algarve

18.20 – Encerramento

David Santos | Presidente da CCDR Algarve/ Gestor PO Algarve 21

[Programa para download](#)

Inscrições

[Formulário online](#)

Localização:

Auditório da CCDR Algarve
Praça da Liberdade, 2
Faro

CCDR convoca forças vivas do Algarve para definir estratégia para QREN 2014/20

Por [Hugo Rodrigues](#) · 16 de Janeiro de 2013 · 15:04 · [Comentar](#)

Temas [Algarve](#), [CCDRA](#), [Desenvolvimento Regional](#), [Economia](#), [QREN](#), [União Europeia](#)



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve está, desde o início do ano, a recolher contributos dos mais variados setores para enriquecer o diagnóstico prospetivo da região, no quadro da preparação da próxima tranche de Fundos Comunitários, que terá de entregar ao Governo até sexta-feira, dia 18 de janeiro.

Desde dia 3 de janeiro, houve reuniões entre a CCDR do Algarve e organismos desconcentrados do Estado, associações e autarquias, entre outras forças vivas da região.

Só esta quarta-feira, houve quatro reuniões, e hoje, quinta-feira, será realizada nova reunião com a AMAL, que já tinha sido auscultada antes, no sentido de fechar o documento.

«Tivemos conhecimento de que teríamos de entregar este diagnóstico no dia 27 de dezembro e começámos com as reuniões logo no dia 3 de janeiro», revelou ao **Sul Informação** o presidente da CCDR do Algarve David Santos, à margem da última reunião de quarta-feira, com associações empresariais da região.

«Tivemos uma série de reuniões com entidades públicas e privadas no sentido de pedir contributos, tendo como base um documento que fazemos de setor a setor, com indicadores da região e a indicação do que o próximo quadro comunitário de apoio deve conter, quais são as prioridades», contou.

Os «três pilares fundamentais» da [estratégia da região para os próximos sete anos](#), que está a ser delineada, são «o crescimento inclusivo, sustentável e inteligente». Orientações que o responsável máximo da CCDRA conta ter definidas «até final do mês» e consolidadas num documento final «em julho», depois de trabalhadas.

«Queremos fazer uma proposta que não seja a proposta da CCDR, mas sim de todos os agentes que nós ouvimos», resumiu.

No que toca à aplicação dos fundos comunitários, David Santos avisa que haverá uma mudança de paradigma. «Quando lidamos com dinheiros públicos, não nos basta fazer bem, temos de ser eficazes. Fazer bem não é obrigatoriamente sinónimo de bons resultados», considerou.

Assim, os fundos serão orientados, por exemplo «para a criação de emprego e redução do desemprego que existe no Algarve e para combater a sazonalidade, um problema claríssimo, que se acentua cada vez mais».

«Desta vez há uma grande diferença em relação aos quadros anteriores. Temos de definir as ações que vamos fazer e o valor que custam. Depois, vamos ser avaliados por isso e pelo impacto, pois teremos indicadores e metas a atingir. Antes já havia avaliações intercalares, mas não com metas e indicadores, o que eu defendo claramente», acrescentou David Santos.

Algarve ainda não sabe se será Região de Transição



O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) de 2014 a 2020 está neste momento em negociação e assume especial importância para o Algarve, região atualmente em *Phasing Out*, ou seja, numa fase de passagem das regiões mais pobres da União Europeia para as mais ricas.

Dada a crise económica que a Europa atravessa e a sua particular incidência no Algarve, é expectável, ainda que não certo, que seja dada uma segunda oportunidade à região, assim como a outras em situações mais complicadas.

Caso se implantem as chamadas Regiões de Transição, «a única no país será o Algarve», ficando de fora Lisboa e Madeira, que também estão atualmente em *Phasing Out*.

«Isso é um benefício na percentagem dos fundos a aplicar ao Algarve, mas não querera dizer mais dinheiro, porque o envelope total também é mais pequeno», explicou David Santos.

Além disso, está em discussão entre as CCDR e o Governo a possibilidade de haver um regime de solidariedade, onde as regiões que mais recebem afetarão parte da verba a si destinada às que já não têm acesso aos fundos estruturais.

«São as regiões de convergência [mais pobres e que recebem verbas mais avultadas] que podem compensar esta perda de verbas, com uma percentagem mínima dos fundos que têm destinados, mas que para nós é sempre muito dinheiro», disse.

Entretanto, na semana passada, o primeiro-ministro garantiu que haverá Planos Operacionais Regionais entre 2014 e 2020, o «que é uma boa notícia», considerou David Santos.